

A PROPOSTA DE ANÍSIO TEIXEIRA PARA A REORGANIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NA BAHIA (1924-1929)

Sandra Regina Cassol Carbello

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo resgatar as contribuições de Anísio Teixeira para a organização da escola pública brasileira. Para este texto, selecionamos as ações realizadas durante sua primeira experiência na área educacional, quando assumiu a Inspeção de Ensino da Bahia em 1924. Trata-se de um estudo bibliográfico ancorado nos registros do próprio autor e de demais intelectuais que se dedicaram ao seu legado. Os resultados apontam para as ações de reorganização da escola primária com a elaboração de um programa de ensino e redefinição de seus objetivos e métodos, concomitantemente, ressalta a necessidade de profissionalização e capacitação docente para efetivar a reforma empreendida.

Palavras-chave: Educação; Escola pública; Reforma educacional; Ensino; Profissionalização docente.

Introdução:

Este texto foi desenvolvido a partir dos dados levantados no projeto de pesquisa de doutoramento em educação escolar que investiga o legado de Anísio Teixeira. O objetivo da investigação é conhecer as contribuições do autor para a organização da escola pública brasileira, especialmente os desafios enfrentados no campo da administração da educação.

Anísio Teixeira esteve no comando da educação baiana em dois momentos distintos: de 1924 a 1929, logo no início de sua carreira na educação, e de 1947 a 1951, quando retornou à vida pública em seu Estado após perseguições políticas. O recorte para este texto circunscreve-se aos dados da primeira gestão na Inspeção de Ensino. Para organizá-lo, optamos por duas questões norteadoras: Qual a situação encontrada ao assumir a Inspeção Geral de Ensino? Qual a proposta de Anísio Teixeira para a reorganização das escolas públicas?

O ingresso de Anísio Teixeira na Inspeção Geral de Ensino da Bahia

A primeira gestão de Anísio Teixeira na Inspeção Geral de Ensino da Bahia iniciou em abril de 1924, com o convite para assumir o cargo de Inspetor Geral do Ensino, e se estendeu a novembro de 1929. No auge de sua juventude, com apenas 23 anos, bacharel em Direito, assumiu um dos cargos que por tradição daquele Estado era indicado a profissionais mais velhos e experientes.

Relatou a situação precária que encontrou e queria reverter no documento intitulado “Sugestões para a reorganização progressiva do sistema educacional baiano”: “[...] em mil

crianças em idade escolar, apenas duzentas frequentam alguma escola; apenas trinta concluem o curso primário elementar; apenas sete obtêm alguma educação secundária e apenas duas têm os benefícios da educação superior” (*apud* ABREU, 1960, p.32).

Estes números sobre o acesso ao ensino formal referem-se às primeiras décadas do século XX “Apesar de a primeira Constituição Estadual Baiana, datada de 2/7/1891, estabelecer [...] a gratuidade e a universalidade do ensino primário” (NUNES, 2010, p.17). Segundo dados apresentados por Anísio Teixeira (1928) no Relatório do Serviço de Instrução Pública do Estado da Bahia referente ao quadriênio (1924-1928), a gratuidade e a universalidade contrastavam com os privilégios dos filhos de famílias aristocráticas que tradicionalmente investiam na boa educação dos filhos para legar-lhes prestígio e poder.

A situação desordenada no quadro educacional do Estado agravava-se com a descrição das poucas escolas que funcionavam. Segundo Nunes (2010, p.17) estas escolas estavam concentradas em Salvador, localizadas em antigas residências, muitas em ruínas. O pagamento dos professores e dos alugueis eram um transtorno, como registra a autora: “Era generalizado o costume de o professor custear, com seus próprios recursos, o aluguel da sala ou do prédio em que instalava as ‘cadeiras’”. Para além destes problemas, os professores e alunos também conviviam com a falta de material didático que subsidiasse o trabalho pedagógico, especialmente os livros. “[...] Anísio chegou a presenciar que era comum os estudantes escreverem no chão, estirados de bruços sobre papéis de jornal ou, então, fazerem seus exercícios de joelhos, ao redor de bancos ou à volta das cadeiras” (NUNES, 2010, p.17).

Em relação ao ensino os problemas não eram poucos. Não só na Bahia, como em todo o país, o ensino: “[...] cristalizara-se nas linhas tradicionais de uma instrução primária ministrada em escolas mais de ler e contar que de educar, [...] insuficientes até para alfabetizar a população” (LIMA, 1978, p.45). Além disso, no Relatório do Serviço de Instrução Pública do Estado da Bahia, publicado em 1928, Anísio Teixeira denunciou: “Até 1924, não tínhamos praticamente programmas. O professor possuía uma indicação muito geral do trabalho (organização de 1920) e tudo mais era dado pela prática e métodos pessoais de cada um”.

Este era o quadro educacional do Estado da Bahia quando Anísio Teixeira iniciou sua longa trajetória de vida pública a serviço da educação brasileira. Suas lutas e intervenções pela estruturação de uma escola pública organizada, democrática e universal iniciaram nesta gestão estadual e irradiaram-se pelo país em diferentes esferas públicas.

Qual a proposta de Anísio Teixeira para a reorganização das escolas públicas na Bahia?

Para enfrentar a situação calamitosa com a qual se deparou, Anísio Teixeira propôs uma ampla reforma na educação baiana vislumbrando “[...] um grande movimento de reorganização, que firmasse uma concepção legítima de escola primária, estabelecesse uma ampla e universal difusão desse ensino e prestigiasse, dando-lhe a dignidade de direito, o professor primário” (ABREU, 1960, p.21). Para esta reorganização investiu na profissionalização e capacitação docente, na estruturação e expansão do sistema educacional, na revisão dos programas.

Para reorganizar a escola primária e estruturar a carreira docente, Anísio Teixeira organizou a base legal que colocou a educação na pauta das questões políticas da época. É deste período “[...] a Lei n.º. 1846, de 14 de agosto de 1925, e o Decreto n.º. 4312, de 30 de dezembro de 1925, a primeira reformando a Instrução Pública do Estado da Bahia e o segundo aprovando o Regulamento do Ensino Primário e Normal” (ABREU, 1960, p.11). Em relação à profissionalização Lima (1978, p 51) sinalizou as mudanças instituídas por Anísio Teixeira:

Pela reforma fixaram-se novos padrões de vencimentos e instituíram-se cursos de férias de 1º a 20 de janeiro nas Escolas Normais, o primeiro dos quais teve lugar em 1927, e destinavam-se não só a indicar a orientação moderna do ensino como a estabelecer a correlação entre as disciplinas. Abriam-se ao ensino perspectivas de interesse intelectual e didático, criando novo estímulo além da expectativa burocrática da nomeação e remoção.

O trabalho docente era vital em toda a proposta de reorganização do ensino, Anísio Teixeira acreditava que sem investimento nele pouco se efetivaria, por isso insistia por diferentes vias para tentar elevar a educação ao primeiro plano nos compromissos políticos e econômicos do Estado. O direcionamento do trabalho era este, muito estudo, coerência, dedicação e dignidade profissional: “Os resultados podiam ser modestos, até medíocres, mas a orientação estava dada: o professor seria necessariamente um profissional, jamais amador improvisado” (LIMA, 1978, p.54).

A concepção de escola primária, que norteou toda a reforma educacional, está no Relatório do diretor geral da instrução:

Essa escola primaria deve ser, na forma da lei fundamental do ensino, sobretudo educativa, buscando exercitar nos meninos os hábitos de observação e raciocínio, despertando-lhes o interesse pelos ideaes e conquistas da humanidade, ministrando-lhes noções rudimentares de literatura e historia patria, fazendo-os manejar a lingua portugueza como instrumento de pensamento e da expressão; guiando-lhes as actividades naturaes dos olhos e das mãos mediante formas adequadas de trabalhos praticos e manuaes; cuidando, finalmente, do seu desenvolvimento physico com exercicios e jogos organizados e conhecimento das regras elementares de hygiene, procurando sempre não esquecer a terra e o meio a que a escola deseja servir,

utilizando-se o professor de todos os recursos para adaptar o ensino às particularidades da região e do ambiente baiano. (TEIXEIRA, 1928)

Esta proposta para o ensino primário era eminentemente inovadora para os padrões tradicionais estabelecidos e arraigados. Revelavam as preocupações advindas de uma nova filosofia, defendida por John Dewey. O trabalho educativo pautava-se pelo exercício de hábitos de observação e raciocínio para despertar nos alunos o interesse pelos ideais e conquistas da humanidade. Neste caminho as noções de literatura e história eram consideradas fundamentais, assim como o domínio da língua vernácula, instrumento de pensamento e de expressão. Destacava-se também o trabalho com atividades manuais e treinamento físico para desenvolvimento integral do educando. Anísio Teixeira partia do princípio de que investir em educação é vital para a construção de uma sociedade mais justa e moderna, com oportunidades para todos. Essa foi a linha mestra para a organização do programa de ensino que subsidiou a reforma educacional.

Os resultados foram descritos por Viana Filho (1990, p.45) “Graças ao apoio de Góes Calmon, Anísio lograra a multiplicação dos pães” nesta primeira gestão. “As matrículas, no ensino primário, ascenderam de 47 mil, em 1924, para 79 mil, em 1927. As despesas com o ensino subiram de 4% para 12% da receita do Estado”. Em meio às conquistas, aproximou-se o final de sua primeira gestão na Inspeção de Ensino da Bahia. Vital Soares assumiu o governo e convidou Anísio para continuar à frente da pasta. Ele apresentou relatório com uma série de sugestões para dar continuidade à reorganização progressiva do sistema educacional (LIMA, 1978).

O relatório era um instrumento para viabilizar meios e recursos para dar continuidade ao trabalho iniciado. Ainda que os dados fossem consistentes, que houvesse amparo legal e necessidade social para ampliá-lo, esbarrou nas questões políticas do Estado. A receptividade e apoio do novo governador foram insuficientes se comparados às necessidades e urgências educacionais. O projeto de reorganização e modernização da educação ficará para a segunda gestão dele na Bahia (1947-1951).

Considerações Finais

As contribuições de Anísio Teixeira para a organização do ensino público transitaram em diferentes esferas no decorrer de toda sua vida pública. Este texto procurou destacar as ações encampadas em sua primeira experiência na gestão da educação pública. Para enfrentar e resolver a situação calamitosa da educação pública estadual estabeleceu prioridades para

desenvolver o trabalho que julgou ser elementar. Dentre as prioridades selecionadas em uma ampla reforma de ensino, elegeu a organização de um programa de ensino e a profissionalização e capacitação docente como ação elementar para a reorganização da escola.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jayme. Anísio Teixeira e a Educação na Bahia. In: **Anísio Teixeira: Pensamento e ação**. Por um grupo de professores e educadores brasileiro. Retratos do Brasil, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. (p.01-68)

LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira Estadista da Educação**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Recife - PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

TEIXEIRA, Anísio. **Relatório do Serviço de Instrução Pública do Estado da Bahia**, apresentado ao Ex^o. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, para ser encaminhado ao governador do Estado da Bahia. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1928. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/>
Acesso em 14 de julho de 2015.

VIANA FILHO, Luís. **Anísio Teixeira e a polêmica da educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.